

Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A.

**Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas de 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balço patrimonial	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (controladora e consolidado)	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda
Rua Verbo Divino n.º1400, Conjunto Térreo ao 801.
Bairro Chácara Santo Antônio
CEP 04719-911- São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS e não requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas



demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser



decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



São Paulo, 31 de janeiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
CRC 1SP245014/O-2

ARGEB ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	31	-	28.280	76.802	Fornecedores	14	1	594	6.281	1.574
Títulos e valores mobiliários	5,1	2.086	4.333	276.914	148.667	Encargos sociais e trabalhistas	15	-	-	836	-
Contas a receber de clientes	6	-	-	95.651	85.032	Obrigações tributárias	16	-	61	19.111	7.520
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9	351	-	23.176	14.342	Obrigações regulatórias	17	-	-	8.610	6.803
Tributos a compensar	10	3	-	1.970	445	Dividendos a pagar	211	211	211	211	211
Dividendos a receber	11	78.800	32.476	-	-	Contas a pagar - Partes relacionadas	22	-	-	3.220	3.136
Ativo da concessão	8	-	-	866.668	830.558	Ações preferenciais resgatáveis	18	7.915	-	7.915	-
Despesas pagas antecipadamente	7	-	-	1.245	3.044	Empréstimos e Financiamentos	19	-	690.265	169.544	844.305
Outros ativos	-	-	-	24.973	7.567	Debêntures	20	-	-	56.140	48.368
Total do ativo circulante		81.271	36.809	1.318.877	1.166.457	PIS e COFINS diferidos	21	-	-	80.167	76.827
						Outros passivos	-	-	-	41.368	12.527
						Total do passivo circulante		8.127	691.131	393.403	1.001.271
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Fundos Vinculados - Caixa restrito	5,2	-	-	159.504	138.151	Ações Preferenciais Resgatáveis	18	738.335	-	738.335	-
Ativo da concessão	8	-	-	7.169.350	6.726.362	Empréstimos e Financiamentos	19	-	-	2.745.428	2.658.062
Outros ativos	-	-	-	17.301	10.254	Debêntures	20	-	-	595.007	607.901
Investimentos	11	4.486.504	4.340.348	-	-	Provisões	-	-	-	-	89
Imobilizado	12	-	-	342	248	Provisões para Contingências	23	-	-	957	567
Intanível	13	-	-	1.879.258	1.996.128	Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	-	-	1.587.024	1.461.496
Total do ativo não circulante		4.486.504	4.340.348	9.225.755	8.871.143	PIS e COFINS diferidos	21	-	-	663.165	622.188
						Total do passivo não circulante		738.335	-	6.329.916	5.350.303
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24				
						Capital social		3.664.001	3.664.001	3.664.001	3.664.001
						Reserva de lucros		157.312	22.025	157.312	22.025
						Total do patrimônio líquido		3.821.313	3.686.026	3.821.313	3.686.026
TOTAL DO ATIVO		4.567.775	4.377.157	10.544.632	10.037.600	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.567.775	4.377.157	10.544.632	10.037.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARGEB ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita de operação e manutenção, construção de infraestrutura e outras		-	-	284.473	2.962
Remuneração financeira do ativo de concessão		-	-	1.034.534	85.969
Parcela variável, encargos setoriais e outras deduções		-	-	(143.339)	(9.461)
RECEITA LÍQUIDA	25	-	-	1.175.668	79.470
CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	26	-	-	(57.624)	(3.329)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	26	-	-	(176.222)	-
LUCRO BRUTO		-	-	941.822	76.141
DESPESAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	26	(702)	(633)	(20.478)	(3.223)
Outras despesas e receitas operacionais	26	-	-	124	-
Amortização do direito de concessão	11 e 26	(69.390)	-	(69.390)	-
Resultado da equivalência patrimonial	11	462.304	33.788	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		392.211	33.155	852.078	72.918
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	27	1.693	54	51.200	3.071
Despesas financeiras	27	(107.934)	(10.973)	(450.456)	(42.079)
		(106.241)	(10.919)	(399.256)	(39.008)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		285.970	22.236	452.822	33.910
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	28	-	-	(11.625)	(1.060)
Diferido	28	-	-	(155.227)	(10.614)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		285.970	22.236	285.970	22.236
LUCRO POR AÇÃO - R\$ (BÁSICO E DILUÍDO)	29	0,0665	0,0061	0,0665	0,0061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARGEB ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	285.970	22.236	285.970	22.236
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>285.970</u>	<u>22.236</u>	<u>285.970</u>	<u>22.236</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARGE B ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Subscrito e integralizado	de capital	legal	de lucro			
CONSTITUIÇÃO EM 30 DE NOVEMBRO DE 2022		3.664.001	-	-	-	-	-	3.664.001
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	22.236	22.236
Constituição de reserva legal		-	-	1.112	-	-	(1.112)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(211)	(211)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	20.913	-	(20.913)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		3.664.001	-	1.112	20.913	-	-	3.686.026
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	285.970	285.970
Aprovação de dividendos intermediários		-	-	-	(20.913)	-	-	(20.913)
Aprovação de dividendos intercalares		-	-	-	-	(129.770)	-	(129.770)
Constituição de reserva legal	24	-	-	14.299	-	-	(14.299)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	24	-	-	-	-	2.717	(2.717)	-
Dividendos adicionais distribuídos	24	-	-	-	-	127.053	(127.053)	-
Constituição de reserva de lucros	24	-	-	-	141.901	-	(141.901)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		3.664.001	-	15.411	141.901	-	-	3.821.313
		-	-	-	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARGER ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		285.970	22.236	285.970	22.236
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	-	-	155.227	10.614
Imposto de renda e contribuição social correntes	28	-	-	11.625	-
Provisão para PIS e Cofins diferidos	21	-	-	44.317	1.894
Remuneração do ativo de concessão	8	-	-	(1.034.533)	(85.969)
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	8	-	-	-	-
Receita de construção	8	-	-	(221.719)	1.978
Receita de operação e manutenção	8	-	-	(66.526)	(5.437)
Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	27	(1.776)	(54)	(53.402)	(4.742)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(462.304)	(33.788)	-	-
Depreciação e Amortização	12 e 13	69.390	-	69.457	200
Provisões de contingências passivas	23	-	-	390	-
Juros e variação monetário sobre empréstimos e financiamentos	19	36.302	8.176	287.584	31.866
Juros e variação monetária sobre debêntures	20	-	-	80.623	6.823
Juros e variação monetária sobre ações preferenciais resgatáveis	18	56.426	-	56.426	-
Amortização do custo de transação	18, 19 e 20	14.650	2.967	15.015	2.967
Caixa gerado pelas operações		(1.342)	(463)	(369.546)	(17.570)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	6	-	-	(10.619)	723
Ativo de concessão	8	-	-	843.680	124.001
Despesas pagas antecipadamente	7	-	-	1.799	(338)
Tributos a compensar	10	(3)	-	(1.525)	1.861
Outros ativos	-	-	-	(24.453)	(10)
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9	(351)	-	(8.834)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	14	(593)	594	4.707	42
Imposto de renda e contribuição social	0	-	-	-	(1.058)
Encargos e obrigações trabalhistas	15	-	-	836	-
Obrigações tributárias	16	(61)	61	(34)	425
Obrigações regulatórias	17	-	-	1.807	(149)
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	-	84	(3.136)
Provisões	-	-	-	(89)	-
Provisões para Contingências	23	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	28.841	(1.857)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	-	-
Caixa líquido gerado/usado nas atividades operacionais		(2.350)	192	466.654	102.934
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado e intangível	12 e 13	-	-	(338)	-
Aquisição de controlada	11	17.959	(4.339.036)	17.959	(4.184.144)
Investimento em aplicações financeiras	-	-	-	-	(154.892)
Aplicação em Títulos e valores mobiliários	-	(62.008)	(4.279)	(761.363)	(11.408)
Resgates em títulos e valores mobiliários	-	66.031	-	669.006	-
Dividendos recebidos	-	182.476	-	-	-
Caixa líquido gerado/usado nas atividades de investimento		204.458	(4.343.315)	(74.736)	(4.350.444)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e financiamentos, e de ações preferenciais resgatáveis	18, 19 e 20	736.326	679.122	895.918	679.122
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	19	(696.000)	-	(847.306)	(12.052)
Pagamento de principal de debêntures	20	-	-	(35.614)	-
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	19	(44.478)	-	(200.628)	(13.172)
Pagamento de juros de debêntures	20	-	-	(51.044)	-
Pagamento de juros de ações preferenciais resgatáveis	18	(47.241)	-	(47.241)	-
Aporte de Capital	-	-	3.664.001	-	3.664.001
Aplicações em Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	-	-	(111.211)	6.413
Resgates em Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	-	-	107.369	-
Dividendos pagos	-	(150.684)	-	(150.683)	-
Caixa líquido gerado/usado nas atividades de financiamento		(202.077)	4.343.123	(440.440)	4.324.312
REDUÇÃO (AUMENTO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		31	-	(48.522)	76.802
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	-	-	76.802	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	31	-	28.280	76.802
REDUÇÃO (AUMENTO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		31	-	(48.522)	76.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ARGE B ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS
 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS				
Receitas relativas à construção de ativos próprios e ganho de eficiência	-	-	221.719	(1.977)
Receitas relativas à operação e manutenção	-	-	66.525	5.437
Receitas relativas à remuneração do ativo da concessão	-	-	1.034.533	85.969
Outras receitas e Parcela variável (PV)	-	-	(13.194)	(996)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Serviços de terceiros	(702)	(633)	(47.692)	(5.141)
Custos de construção	-	-	(176.222)	-
Outros	(15.206)	-	(30.934)	-
VALOR ADICIONADO BRUTO	(15.908)	(633)	1.054.735	83.292
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(69.390)	-	(69.457)	(200)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(85.298)	(633)	985.278	83.092
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado da equivalência patrimonial	462.304	33.788	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	124	-
Receitas financeiras	1.776	54	53.684	3.071
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	378.782	33.209	1.039.086	86.163
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	378.782	33.209	1.039.086	86.163
Pessoal				
Remuneração direta	-	-	22.031	1.367
Benefícios	-	-	16.114	1.219
FGTS	-	-	3.381	148
	-	-	2.536	-
Impostos, taxas e contribuições	84	-	306.451	23.871
Tributos federais	84	-	306.451	23.871
Remuneração de capitais de terceiros	92.728	10.973	424.634	38.689
Juros	92.728	10.973	424.634	38.689
Remuneração de capitais próprios	285.970	22.236	285.970	22.236
Dividendos	129.770	211	129.770	211
Lucros retidos	156.200	22.025	156.200	22.025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1 Informações gerais

A Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, domiciliada na Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e foi constituída em 04 de agosto de 2022.

A Companhia tem por objeto a participação no capital de outras entidades, como acionista. Adicionalmente, a Companhia poderá explorar atividades nas áreas de infraestrutura, de eletricidade, construção civil e instalações elétricas, podendo, para tanto, participar de leilões e concessões, habilitar-se em licitações e formar Sociedades de Propósito Específico - SPEs.

Em 29 de julho de 2022, o Contrato de Compra e Venda de Ações com a Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia foi assinado, para a aquisição de 100% das ações da Odoyá Transmissora de Energia S.A. (cuja denominação foi alterada para Argo V Transmissora de Energia S.A.), da Esperanza Transmissora de Energia S.A. (cuja denominação foi alterada para Argo VI Transmissora de Energia S.A.), da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A., Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A., Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. (cuja denominação foi alterada para Argo IX Transmissora de Energia S.A.).

Em 30 de Novembro de 2022, a operação foi efetivada com a transferência da titularidade das ações para a ARGEB. Essas transferências de controle foram anuídas previamente pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia detém as seguintes participações societárias:

		Participação	Participação
	Classificação	31/12/2023	31/12/2022
Argo V Transmissão de Energia S.A. (“Argo V”)	Controlada	100%	100%
Argo VI Transmissão de Energia S.A. (“Argo VI”)	Controlada	100%	100%
Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (“Argo VII”)	Controlada	100%	100%
Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A. (“Argo VIII”)	Controlada	100%	100%
Argo IX Transmissão de Energia S.A. (“Argo IX”)	Controlada	100%	100%

a. Argo V

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 17/2014 - ANEEL, datado de 5 de setembro 2014, foi outorgada à Argo V a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- Subestação 500/230 kV Juazeiro da Bahia III;
- Subestação 230/69 kV Juazeiro da Bahia III (novo pátio 69 kV);
- Seccionamento LT 500 kV Sobradinho - Luiz Gonzaga na SE Juazeiro da Bahia III;
- Subestação 500/230 kV Morro do Chapéu II (novo pátio 500 kV); (6+1 Res) x 300MVA e Compensador Estático (-100/+200) Mvar;
- LT 230 kV Juazeiro da Bahia III - Juazeiro da Bahia II, 4,5 km;
- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, 300 km;
- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, SE Morro do Chapéu 11 500/230kV - (6+1R) x 300 MVA e Compensador Estático 500kV (-100/+200) Mvar.

Em 25 de julho de 2019, conforme Carta ONS - 0502 - DTA - 2019 foi emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico o Termo de Liberação Definitivo (TLD) da Transmissora Odoyá.

A Receita Anual Permitida (RAP) do contrato de Concessão, foi determinada em aproximadamente R\$ 63.359 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$ 98.802 (valor para o ciclo 2023-2024) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo V.

A Companhia assinou o CCT nº 001/2017 que trata da instalação de um módulo de entrada de linha 69 KV na SE Juazeiro, com investimento de cerca de R\$ 5,2 milhões e RAP prevista de R\$ 592 a ser definida na próxima revisão tarifária, a energização ocorreu em novembro de 2023.

Devido a necessidade de expansão do sistema de transmissão, a ANEEL através das Resoluções Autorizativas abaixo

- REA nº 12.948/2023 de 31 de maio de 2023.

Instalação de um banco de Reatores de barra 500KV e suas respectivas conexões na SE Juazeiro III, com investimento previsto de R\$ 27,8 milhões e RAP de R\$ 3,4 milhões, com término da obra previsto para fevereiro de 2024.

- REA nº 11.799/2022 – Aprovado em 4 de maio de 2022.

Instalação de um Banco de Transformadores de 500/230KV e suas respectivas conexões na SE Morro do Chapéu II, com investimento previsto de R\$ 77,1 milhões e RAP de R\$ 9,4 milhões, com término da obra previsto para abril/2024.

b. Argo VI

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 18/2014 - ANEEL, datado de 05 de setembro 2014, foi outorgada à Argo VI a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- LT 500 kV Quixadá - Açú III, 241 km;

- LT 500 kV Açú III - João Câmara III, 126 km;
- LT 500 kV João Câmara III - Ceará Mirim II, 61,45 km;
- LT 230 kV João Câmara II - Ceará Mirim, 65 km;
- LT 500 kV Açú III - João Câmara III, 126 km.

Em 14 de março de 2018, conforme Carta ONS - 0238 - DTA - 2018 foi emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico o Termo de Liberação Definitivo (TLD) da Argo VI.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 48.835 (valor histórico) na data do leilão e atualizada para R\$ 94.748 (valor para o ciclo 2023-2024) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial.

Em maio de 2023, a subestação Jandaíra iniciou sua operação comercial, a Companhia recebeu a subestação com seus ativos como doação da ALUPAR, e recebe uma RAP de O&M por ser responsável pela operação e manutenção dos ativos recebidos.

c. Argo VII

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/2015 - ANEEL, datado de 27 de março 2015, foi outorgada à Argo VII a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 500/230/13,8 kV Gentio do Ouro II;
- SE 500/230/13,8 kV Ourolândia II;
- LT 500 kV Gilbués II - Gentio do Ouro II, 357 km;
- LT 230 kV Gentio do Ouro II - Brotas de Macaúbas, 128 km;
- LT 500 kV Gentio do Ouro II - Ourolândia II, 157 km;
- Seccionamento da LT 230 kV Irecê - Senhor do Bonfim na Subestação Ourolândia II, 22 km cada;
- LT 500 kV Ourolândia - Morro do Chapéu II, 125 km
- LT 230 kV Igaraporã III - Pindaí II, 50 km.

O Contrato de Concessão previa a entrada em operação parcial em 27 de março de 2018, e em 17 de abril de 2020 o projeto foi integralmente concluído e entrou em operação total.

A Receita Anual Permitida - (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$ 158.354 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$ 255.473 (valor para o ciclo 2023-2024) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo VII.

Devido a necessidade de expansão do sistema de transmissão, a ANEEL autorizou a implementação de reforços através das Resoluções Autorizativas:

- REA nº 11.325/2022 de 15 de março de 2022

Instalação de um banco de Reatores de barra 500kv e suas respectivas conexões na SE Ouroândia II, com investimento previsto de R\$ 27,4 milhões e Receita Anual Permitida de R\$ 3,4 milhões, cujo término da obra ocorreu em junho de 2023.

- REA nº 11.903/2022 de 10 de maio de 2022

Instalação de um Banco de Transformadores de 500/230KV e suas respectivas conexões na SE Ouroândia II, com investimento previsto de R\$ 77,1 milhões e Receita Anual Permitida de R\$ 9,4 milhões, com término da obra previsto para fevereiro de 2024.

- REA nº 12.294/2022 - Aprovada em 19 de julho de 2022

Instalação de um Autotransformador Monofásico 500KV e suas respectivas conexões na SE Gentio do Ouro II, com investimento previsto de R\$ 72,1 milhões e Receita Anual Permitida de R\$ 8,9 milhões, com término da obra previsto para setembro de 2024.

d. Argo VIII

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/2015 - ANEEL, datado de 27 de março 2015, foi outorgada à Argo VIII a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- LT 500 kV Açú III - Milagres II C2;
- LT 500 kV Açú III - João Câmara III C2.

Em 12 de julho de 2021 o projeto foi 100% energizado e disponibilizado para operação comercial, sendo obtido seus últimos TLDs (Termos de Liberação Definitivos) em 19 de julho de 2021 retroativos à data de sua disponibilização à operação comercial (12 de julho de 2021).

A Receita Anual Permitida - (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$ 114.558 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$ 160.484 (valor para o ciclo 2023-2024), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo VIII.

e. Argo IX

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 17/2017 - ANEEL, datado de 10 de fevereiro 2017, foi outorgada à Argo IX a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão,

proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- LT 500 kV Rio das Éguas - Arinos 2 C1 - 230 km;
- LT 500 kV Arinos 2 - Pirapora 2 C1 - 221 km;
- SE 2.500 kV Arinos.

Em 3 de março de 2021 o projeto foi 100% energizado e disponibilizado para operação comercial, sendo obtido seus respectivos TLDs (Termos de Liberação Definitivos) em 9 de março de 2021 retroativos à data de sua disponibilização à operação comercial (3 de março de 2021).

A Receita Anual Permitida - (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$ 130.510 (valor histórico), e atualizada para R\$ 181.441 (valor para o ciclo 2023-2024), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo IX.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro “*IFRS – International Financial Reporting Standards*”, emitidas pelo “*IASB – International Accounting Standards Board*”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as orientações, interpretações e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A emissão das demonstrações financeira, individuais e consolidadas, foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2023.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- (a) Ativo de concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.
- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; e (ii) operação e manutenção, da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 28 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- (d) Combinação de negócios: As combinações de negócios são consideradas no momento da aquisição do controle de um negócio, sendo os montantes reconhecidos mensurados a valor justo com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes.
- (e) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 26).

3 Políticas Contábeis Materiais

3.1 Base de consolidação e investimento em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia (controladora).

O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática de conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento no qual as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso

gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

A Companhia divulga os dividendos recebidos como atividades de investimento nas demonstrações dos fluxos de caixa por entender que são inerentes aos investimentos realizados pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As principais eliminações no processo de consolidação foram as seguintes:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas.
- Participações no capital e reservas das empresas consolidadas.
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

3.2 Combinação de negócios

Combinação de negócios são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos de transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

3.2.1 Aquisição de investidas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 30 de novembro de 2022 a Companhia finalizou a aquisição das empresas Argo V, Argo VI, Argo VII, Argo VIII e Argo IX.

Considerando que a concessão é firmada com o Poder Concedente, regulada pela ANEEL e que os contratos de concessão estabelecem um direito de receber caixa sem nenhum risco de demanda (RAP), a Companhia identificou e avaliou o valor justo dos ativos e passivos com base no pronunciamento técnico CPC 15 (R1)/IFRS 3 – Combinações de Negócios.

O ativo da concessão das controladas foram avaliados com base na metodologia de fluxo de caixa descontado a valor presente e os respectivos impostos diferidos serão reconhecidos. O fluxo de caixa foi descontado utilizando as taxas de desconto que refletem avaliações correntes de mercado e a característica do contrato de concessão.

(a) Argo V Transmissão de Energia S.A.

Data de aquisição	30/11/2022
Participação	100%
Valor contábil do PL	370.893
Contraprestação transferida	635.202
Valor alocado na aquisição	264.309
Alocação de direito de concessão (i)A	264.309
Alocação do IR/CSLL Diferidos Passivo (ii)	(89.865)

Abaixo se encontram os ativos adquiridos e os passivos assumidos na aquisição da Argo V em 30 de novembro de 2022:

	<u>30/11/2022</u>
Ativo Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	14.048
Contas bancárias vinculadas	3.500
Concessionárias e permissionárias	9.370
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.595
Outros impostos a recuperar	105
Outras contas a receber	939
Despesas antecipadas	535
Ativo contratual	22.225
Total	52.317
Ativo Não circulante	
Estoque - almoxarifado	2.161
Fundos vinculados - Caixa restrito	22.812
Ativo contratual	814.653
Total	839.626
Total do ativo	891.943
	<u>30/11/2022</u>
Passivo Circulante	
Fornecedores	1.983
Financiamentos e debêntures	29.418
Contribuição social a pagar	701
Outras obrigações fiscais	912
Taxas regulamentares	823
Total	33.837
Passivo Não circulante	
Financiamentos e debêntures	334.816
Imposto de renda e contribuição social diferido	74.986

PIS e COFINS diferido	77.411
Total	<u>487.213</u>
Patrimônio líquido	
Capital social	251.285
Reserva de lucros	91.449
Lucros acumulados	28.159
Total	<u>370.893</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>891.943</u>

(b) Argo VI Transmissão de Energia S.A.

Data de aquisição	30/11/2022
Participação	100%
Valor contábil do PL	424.159
Contraprestação transferida	556.264
Valor alocado na aquisição	<u>132.105</u>
Alocação de direito de concessão (i)	132.105
Alocação do IR/CSLL Diferidos Passivo (ii)	(44.916)

Abaixo se encontram os ativos adquiridos e os passivos assumidos na aquisição da Argo VI em 30 de novembro de 2022:

	<u>30/11/2022</u>
Ativo Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	14.881
Contas bancárias vinculadas	5.883
Concessionárias e permissionárias	10.642
Imposto de renda a recuperar	1.760
Outros impostos a recuperar	778
Despesas antecipadas	467
Ativo contratual	25.135
Outros créditos	3.017
Total	<u>62.563</u>
Ativo Não circulante	
Estoque - almoxarifado	2.175
Fundos vinculados - caixa restrito	19.673
Ativo contratual	893.928
Total	<u>915.776</u>
Total do ativo	<u>978.339</u>
	<u>30/11/2022</u>
Passivo Circulante	
Fornecedores	1.567
Financiamentos e debêntures	30.874
Contribuição social a pagar	1.022
Outras obrigações fiscais	947
Taxas regulamentares	1.078
Total	<u>35.488</u>
Passivo Não circulante	
Financiamentos e debêntures	323.526
Provisão para contingências	567
Imposto de renda e contribuição social diferido	109.586

Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A e Controladas
Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 31 de dezembro de 2023

PIS e COFINS diferido	85.013
Total	518.692
Patrimônio líquido	
Capital social	215.600
Reservas	178.245
Lucros acumulados	30.314
Total	424.159
Total do passivo e do patrimônio líquido	978.339

(c) Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A – Argo VII

Data de aquisição	30/11/2022
Participação	100%
Valor contábil do PL	1.020.090
Contraprestação transferida	1.478.996
Valor alocado na aquisição	458.907
Alocação de direito de concessão (i)	458.907
Alocação do IR/CSLL Diferidos Passivo (ii)	(156.028)

Abaixo se encontram os ativos adquiridos e os passivos assumidos na aquisição da José Maria de Macedo - Argo VII em 30 de novembro de 2022:

	30/11/2022
Ativo Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	56.709
Contas bancárias vinculadas	11.457
Concessionárias e permissionárias	27.101
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5.123
Outros impostos a recuperar	1
Despesas antecipadas	1.279
Outras contas a receber	2.493
Ativo contratual	68.883
Total	173.046
Ativo Não circulante	
Fundos vinculados - caixa restrito	57.681
Depósito judicial	117
Almoxarifado	2.235
Ativo contratual	2.335.129
Imobilizado	247
Total	2.395.409
Total do ativo	2.568.455
	30/11/2022
Passivo Circulante	
Fornecedores	3.143
Financiamentos e debêntures	65.398
Outras obrigações fiscais	4.314
Taxas regulamentares	2.143
Total	74.998
Passivo Não circulante	
Financiamentos e debêntures	977.542
Imposto de renda e contribuição social diferida	273.454
PIS e COFINS diferido	222.371

Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A e Controladas
Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 31 de dezembro de 2023

Total	1.473.367
Patrimônio líquido	
Capital social	504.397
Reservas	436.716
Lucros acumulados	78.977
Total patrimônio líquido	1.020.090
Total do passivo e do patrimônio líquido	2.568.455

(d) Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A. – Argo VIII

Data de aquisição	30/11/2022
Participação	100%
Valor contábil do PL	461.960
Contraprestação transferida	764.311
Valor alocado na aquisição	302.350
Alocação de direito de concessão (i)	302.350
Alocação do IR/CSLL Diferidos Passivo (ii)	(102.799)

Abaixo se encontram os ativos adquiridos e os passivos assumidos na aquisição da Giovanni Sanguinetti - Argo VIII em 30 de novembro de 2022:

	30/11/2022
Ativo Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	42.889
Contas bancárias vinculadas	5.600
Concessionárias e permissionárias	17.379
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.655
Outros tributos a compensar	252
Despesas antecipadas	672
Ativo contratual	51.157
Outras contas a receber	373
Total	124.977
Ativo Não circulante	
Estoque - almoxarifado	1.933
Fundos vinculados - Caixa restrito	16.793
Ativo contratual	1.578.257
Total	1.596.983
Total do ativo	1.721.960
	30/11/2022
Passivo Circulante	
Fornecedores	2.732
Empréstimos e financiamentos	35.607
Obrigações fiscais	3.548
Taxas regulamentares	1.413
Total	43.300
Passivo não circulante	
Empréstimos e financiamentos	816.970
Provisões	88
Pis e Cofins diferido	150.721
IR e CS diferido	248.921

Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A e Controladas
Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 31 de dezembro de 2023

Total	1.216.700
Patrimônio líquido	
Capital social	164.661
Reservas de lucro	106.324
Lucros acumulados	190.975
Total patrimônio líquido	461.960
Total do passivo e patrimônio líquido	1.721.960

(e) Argo IX Transmissão de Energia S.A.

Data de aquisição	30/11/2022
Participação	100%
Valor contábil do PL	572.285
Contraprestação transferida	886.304
Valor alocado na aquisição	314.019
Alocação de direito de concessão (i)	314.019
Alocação do IR/CSLL Diferidos Passivo (ii)	(106.766)

Abaixo se encontram os ativos adquiridos e os passivos assumidos na aquisição da Argo IX em 30 de novembro de 2022:

	<u>30/11/2022</u>
Ativo Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	26.365
Contas bancárias vinculadas	6.000
Concessionárias e permissionárias	19.816
Despesas pagas antecipadamente	431
Adiantamento a fornecedores	40
Imposto de renda e contribuição social a compensar	4.804
Impostos a recuperar	495
Ativo de contrato	54.851
Outros créditos	716
Total	113.518
Ativo Não circulante	
Fundos vinculados - Caixa restrito	19.520
Estoques	821
Ativo de contrato	1.692.222
Total	1.712.563
Total do ativo	1.826.081
	<u>30/11/2022</u>
Passivo Circulante	
Fornecedores	1.676
Empréstimos e financiamentos	34.781
Obrigações fiscais	3.150
Taxas regulamentares	1.196
Total	40.803
Passivo Não circulante	
Empréstimos e financiamentos	813.933
Pis e Cofins diferido	161.604
IR e CS diferido	237.456

Total	<u>1.212.993</u>
Patrimônio líquido	
Capital social	172.750
Reservas de lucro	354.165
Lucros acumulados	<u>45.370</u>
	<u>572.285</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.826.081</u>

(i) Conforme ICPC 09 a alocação definida como direito de concessão foi de R\$ 1.471.690 ajustada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, sendo classificado como investimento na controladora líquido de IR e CS Diferidos. Anteriormente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante alocado era de R\$ 1.489.648, a Companhia recebeu durante o exercício o montante de R\$ 17.958 como devolução do preço de compra após a conclusão do PPA.

(ii) Reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre o direito de concessão. O imposto de renda e contribuição social diferidos foram reconhecidos reduzindo o montante de direito de concessão dentro do saldo de investimentos na controladora. No consolidado, o reconhecimento do direito de concessão está registrado no intangível líquido da amortização acumulada, e o imposto de renda e contribuição social diferidos estão registrados no passivo de longo prazo.

As práticas e os critérios contábeis adotados pelas companhias Argo V, Argo VI, Argo VII, Argo VIII e Argo IX estão alinhadas com as práticas contábeis adotadas pelo grupo.

3.3 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.4 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

(iii) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Caixa, equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado
Fundos vinculados – caixa restrito	Valor justo através do resultado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Ações preferenciais resgatáveis	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado

3.5 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui a dedução de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

3.6 Ativos intangíveis e ágio

A Companhia reconhece um ativo intangível mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui a dedução de amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Além disso, como resultado de combinação de negócios a Companhia reconhece o direito de exploração da concessão das empresas adquiridas com intangível mensurado pelo valor justo na data da aquisição e amortizado pelo tempo restante do contrato de concessão de tal adquirida.

3.7 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.8 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram

calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Benefício fiscal - Lucro da exploração

Devido ao fato de sua linha de transmissão e conseqüentemente operação estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, as controladas da Companhia possuem incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Em virtude do benefício concedido, as controladas da Companhia possuem algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDENE; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

A vigência do benefício das controladas é a seguinte:

Controlada	Validade
ARGO V	01.01.2018 a 31.12.2027
ARGO VI	01.01.2018 a 31.12.2027
ARGO VII	01.01.2019 a 31.12.2028
ARGO VIII	01.01.2020 a 31.12.2029
ARGO IX	01.01.2022 a 31.12.2031

Benefício fiscal – Lei do Bem

Devido ao fato de as controladas da Companhia realizarem investimentos em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) com o objetivo de gerar inovação tecnológica no setor elétrico e por serem optante do regime de Lucro Real, conforme definido na Lei 11.196/2005

as controladas (Argo V, Argo VI, Argo VII, Argo VIII e Argo IX) obtiveram o direito ao benefício da redução na alíquota de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro líquido considerando o percentual definido na lei para os dispêndios em atividades de PD&I.

3.9 Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

3.10 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza da Companhia e sua distribuição durante determinado período, conforme requerido pela legislação societária brasileira, é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração obrigatória para as companhias de capital fechado, mas apresentadas, voluntariamente, como informação suplementar para fins de IFRS's. Sua elaboração foi preparada com base nas informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Essa demonstração reflete em sua primeira parte:

- (a) A riqueza auferida pela Companhia, representada por suas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável);
- (b) Os insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e a recuperação de valores ativos);
- (c) O valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas);

E a segunda parte da DVA reflete:

- (d) A distribuição da riqueza entre os grupos: pessoal; impostos; taxas e contribuições; remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.11 Demonstração dos fluxos de caixa

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com a deliberação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Companhia classifica os juros pagos e os dividendos recebidos como atividade de investimento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno de seus investimentos.

3.12 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

3.13 Reconhecimento e mensuração de receita e do Ativo da concessão

As subsidiárias da Companhia possuem contratos de concessão de transmissão de energia elétrica firmados com o Poder Concedente, que incluem obrigações de desempenho relacionadas à construção e melhoria da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e à operação e manutenção dessa infraestrutura.

Os contratos de concessão estabelecem que mesmo após o cumprimento da obrigação de desempenho de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão, as subsidiárias da Companhia ainda devem cumprir com a obrigação de desempenho de operação e manutenção com o objetivo de manter a disponibilidade da rede de transmissão de acordo com as exigências da ANEEL. Uma vez que o direito incondicional à contraprestação da receita de construção ou melhoria da infraestrutura depende do cumprimento da obrigação de desempenho de operação e manutenção, a receita é reconhecida em contrapartida de um ativo da concessão de acordo com o CPC 47 (IFRS 15). Esse ativo da concessão passa ser classificado como Contas a Receber (ativo financeiro), a medida que a Companhia passe a ter direito incondicional à caixa.

Após a entrada em operação da infraestrutura de transmissão a Companhia será paga e remunerada através da Receita Anual permitida (RAP), cujos valores são determinados no contrato de concessão e recebidos mensalmente pela Companhia pela disponibilização da infraestrutura de transmissão de energia. A RAP inclui a remuneração pela construção e melhoria da infraestrutura, operação e manutenção e um componente de remuneração financeira pelo prazo do contrato. Entretanto, os contratos de concessão definem somente o valor total da RAP, isto é, não estabelecem o valor da RAP por obrigação de desempenho.

(a) Reconhecimento e mensuração de receita:

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- **Passo 3:** Determinar o preço da transação.
- **Passo 4:** Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A companhia reconhece receita conforme descrito abaixo:

- (i) Receita de construção: a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.
- (ii) Receita de remuneração do Ativo da concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do Ativo da concessão, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do Ativo da concessão varia de 8,46% a 9,69%. ao ano, dependendo do contrato de concessão.

A modelagem financeira utilizada pela Companhia na mensuração do Ativo da concessão de concessão inclui entre outros elementos, a determinação de uma contraprestação variável aplicável ao preço do contrato. O valor da contraprestação recebida pela Companhia pela construção da infraestrutura de concessão é reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA dos últimos doze meses na data de reajuste. A Companhia efetua o cálculo da contraprestação variável com base no IPCA realizado entre a data da última homologação da Receita Anual Permitida - RAP pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a data base das demonstrações financeiras, e reconhece esse valor na medida em que é altamente provável que uma reversão no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer.

- (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.

(b) Reconhecimento e mensuração do Ativo da concessão

Conforme descrito acima o ativo da concessão é reconhecido em contrapartida da receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão.

Adicionalmente, os contratos de concessão estabelecem que a Companhia deve construir e efetuar melhorias na infraestrutura de transmissão, sendo que a contraprestação a ser paga pelo Poder Concedente por esse serviço de construção e melhoria será recebida pela Companhia ao longo do

contrato de concessão. Como todos os 5 contratos de concessão detidos pelas subsidiárias da Companhia têm prazo de 30 anos.

O montante do ativo da concessão é mensurado com base em uma modelagem financeira que desconta a valor presente os fluxos de recebimentos futuros provenientes da RAP, com base em uma taxa de juros que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos. Essa taxa considera os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.

A receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão e a receita de remuneração do Ativo da concessão da concessão estão sujeitas ao diferimento do PIS e da COFINS cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

a. Ativos financeiros e ativo da concessão

Um ativo financeiro e um ativo da concessão não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos.

A redução do valor recuperável de um ativo da concessão é reconhecida como segue:

- (i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b. Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Não foram identificados eventos que devessem ser submetidos ao teste de *impairment*.

3.14 Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que os principais tomadores de decisão estratégica e operacional da Companhia avaliam a “performance” dos empreendimentos e aloca os recursos necessários.

3.15 Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2023

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board - IASB*) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e Declaração de Prática 2 – Fazendo Julgamentos de Materialidade	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações ao CPC 26/IAS 1	Passivos não circulantes com Covenants	01/01/2024
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e CPC 40/IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	01/01/2024
Alterações ao CPC 36 (R3) / IFRS 10 e CPC 18 (R2) / IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	31	-	28.280	76.802
Total	31	-	28.280	76.802

5 Títulos e valores mobiliários

5.1 Circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Títulos e valores mobiliários (*)	2.086	4.333	276.914	148.667
Total	2.086	4.333	276.914	148.667

(*) Aplicações financeiras realizadas em CDB de instituições financeiras e em Fundos Santander e Itaú Referenciados DI (referenciado na variação do CDI) com remuneração média de 106,20% do CDI no período findo em 31 de dezembro de 2023 (102,81% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras. A Companhia em 2022 efetuou uma reclassificação dos saldos de aplicação financeira para a conta de Títulos e Valores Mobiliários, por entender que melhor representa a intenção da Administração na utilização desses recursos.

5.2 Fundos Vinculados – Caixa restrito

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Conta Reserva (**)	159.504	138.151
Total	159.504	138.151

(**) Para fins de garantia da operação da emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures. Por entender que os fundos vinculados são originados pela emissão das dívidas, a Companhia classifica seu impacto nas demonstrações dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento. Em 31 de dezembro de 2023 a totalidade dos recursos estão aplicados em cotas de fundos de investimentos de renda fixa com títulos públicos referenciado FI no Banco Bradesco com remuneração média de 99,06% do CDI (98,83% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimentos.

6 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes	95.651	85.032
Total	95.651	85.032

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	Consolidado
	31/12/2023
Títulos a vencer	73.991
Títulos vencidos em até 30 dias	2.010
Títulos vencidos em até 90 dias	9.289
Títulos vencidos há mais de 90 dias	10.361
Total	95.651

7 Despesas pagas antecipadamente

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Seguros a apropriar (*)	1.233	3.044
Outras despesas a apropriar	12	-
Total	1.245	3.044

(*) Refere-se a apólices de seguro assumidas pela companhia conforme nota explicativa nº 33.

8 Ativo da concessão (Consolidado)

8.1 Composição do Ativo da concessão (acumulado)

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita de construção	6.018.490	5.853.610
Receita de remuneração do ativo de contrato	4.624.163	3.554.471
Recebimentos	(3.073.161)	(2.251.162)
Receita de operação e manutenção	250.457	183.932
Ganho de eficiência	216.069	216.069
Total	8.036.018	7.556.920
Classificados como:		
Circulante	866.668	830.558
Não Circulante	7.169.350	6.726.362

8.2 Margens de Construção e O&M

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Margem de Construção		
Receita	221.719	43.795
Custos	(176.222)	(36.820)
Margem (R\$)	45.497	(6.975)
Margem Percebida (%)	21%	16%

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Margem de O&M		
Receita	66.526	5.437
Custos	(57.624)	(3.329)
Margem (R\$)	8.902	2.108
Margem Percebida (%)	13%	39%

8.3 Movimentação dos saldos do Ativo da Concessão

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Aquisição da Argo V	836.878
Aquisição da Argo VI	919.063
Aquisição da Argo VII	2.404.012
Aquisição da Argo VIII	1.629.416
Aquisição da Argo IX	1.747.073
Receita de construção	(1.978)
Receita de remuneração do ativo de contrato	85.969
Receita de operação e manutenção	5.437
Recebimentos	(68.950)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.556.920
Receita de construção	221.719
Receita de remuneração do ativo de contrato	1.034.533
Receita de operação e manutenção	66.526
Recebimentos	(843.680)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.036.018

9 Imposto de renda e contribuição social a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social a compensar	351	-	23.176	14.342
Total	351	-	23.176	14.342

10 Tributos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PIS a compensar	1	-	54	15
COFINS a compensar	2	-	261	70
ISS a recuperar	-	-	220	27
INSS a recuperar	-	-	-	4
ICMS a recuperar	-	-	-	127
Outros tributos a compensar	-	-	1.435	202
Total	3	-	1.970	445

11 Investimentos em controladas

	31/12/2023	31/12/2022
Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial	3.084.204	2.850.700
Direito de Concessão (*)	1.402.300	1.489.648
Total	4.486.504	4.340.348

(*) Referem-se ao valor justo do direito de concessão na aquisição dos ativos das controladas.

Controladas

As controladas são concessionárias de transmissão de energia elétrica. A movimentação em 31 de dezembro de 2023, dos saldos de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, incluindo o percentual de participação da Companhia em cada uma das controladas, está demonstrada a seguir:

(a) Movimentação dos investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial:

Investidas	Saldo em 31/12/2022	Direito de concessão (*)	Amortização do direito de concessão	Dividendos mínimos obrigatórios	Dividendos adicionais aprovados	Equivalência patrimonial (**)	Saldo em 31/12/2023
Argo V	548.387	89.986	(13.065)	(443)	-	49.044	673.909
Argo VI	574.353	(14.069)	(6.530)	(462)	(40.355)	55.014	567.951
Argo VII	1.503.308	(12.078)	(22.260)	(1.371)	(80.000)	158.108	1.545.707
Argo VIII	973.494	(235.010)	(13.507)	(776)	-	91.965	816.166
Argo IX	740.806	153.212	(14.028)	(884)	(104.508)	108.173	882.771
Total	4.340.348	(17.959)	(69.390)	(3.936)	(224.863)	462.304	4.486.504

(*) Com a aquisição das Argos V, VI, VII, VIII e IX em 30 de novembro de 2022, os valores estabelecidos no momento da negociação foram avaliados por uma consultoria especializada, contratada pela Companhia, para realização de cálculo dos montantes a serem contabilizados. Preliminarmente foi alocado o valor total de R\$1.489.648 (valor líquido de impostos) em 2022 como direito de concessão e R\$ 2.816.912 como investimento, que representa 100% de participação nos patrimônios líquidos das controladas. Os valores finais contabilizados e ajustados ao longo do exercício de 2023 são alocados da seguinte maneira, R\$ 1.471.690 em 2023 com direito de concessão e R\$ 2.816.912 como investimento.

(**) Representa a equivalência patrimonial sobre o resultado das controladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(b) Informações relevantes sobre as controladas

Controladas	Quantidade de ações	% de participação	Capital social	Ativo total	Passivo total	Patrimônio Líquido	Lucro das controladas
Argo V	251.284.711	100%	251.285	1.017.139	594.473	422.666	49.044
Argo VI	215.600.280	100%	215.600	1.021.478	579.102	442.376	55.014
José Maria Macedo (Argo VII)	504.397.379	100%	504.397	2.873.526	1.764.466	1.109.060	158.108
Giovanni Sanguinetti (Argo VIII)	164.661.000	100%	164.661	1.841.070	1.313.747	527.323	91.965
Argo IX	172.750.000	100%	172.750	1.910.921	1.328.142	582.779	108.173
			1.308.693	8.664.135	5.579.931	3.084.204	462.304

(c) Dividendos a receber

Investidas	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Argo V	443	-
Argo VI	20.817	-
José Maria Macedo (Argo VII)	41.371	-
Giovanni Sanguinetti (Argo VIII)	776	32.476
Argo IX	15.393	-
Total	78.800	32.476

12 Imobilizado – Consolidado

	Taxas médias anuais de depreciação	Custo	31/12/2023		31/12/2022	
			Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Edificações, obras e benfeitorias	4,48%	339	(192)	147	188	
Máquinas e equipamentos	6,71%	190	(28)	162	18	
Móveis e utensílios	5,24%	76	(43)	33	42	
Total		605	(263)	342	248	

Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A e Controladas
Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 31 de dezembro de 2023

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/12/2023
Edificações, obras e benfeitorias	188	-	(2)	(39)	147
Máquinas e equipamentos	18	155	(17)	6	162
Móveis e utensílios	42	-	19	(28)	33
Total	248	155	-	(61)	342

13 Intangível – Consolidado

A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	31/12/2022	Adições	Amortização (**)	Reclassificação (*)	31/12/2023
Softwares	-	183	(6)	-	177
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo V	224.021	-	(13.065)	125.711	336.667
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo VI	205.444	-	(6.530)	(30.643)	168.271
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo VII	631.119	-	(22.260)	(23.753)	585.106
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo VIII	649.966	-	(13.507)	(249.410)	387.049
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo IX	285.578	-	(14.028)	130.438	401.988
Total	1.996.128	183	(69.396)	(47.657)	1.879.258

(*) Após a conclusão da alocação do preço de compra (PPA) no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi feito um ajuste na distribuição por concessão do montante de direito de exploração da concessão das empresas adquiridas.

(**) A amortização do direito da concessão será feita pelo período residual da concessão, iniciamos a registro da amortização em janeiro de 2023, ajustando ao período de aquisição.

	Saldos em 31/12/2021	Adições (a)	Amortização (b)	Saldos em 31/12/2022
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo V	-	224.021	-	224.021
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo VI	-	205.444	-	205.444
Direito de exploração da Concessão – aquisição JMM	-	631.119	-	631.119
Direito de exploração da Concessão – aquisição GSTE	-	649.966	-	649.966
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo IX	-	285.578	-	285.578
Total	-	1.996.128	-	1.996.128

(a) A Companhia efetuou uma alocação preliminar da diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição.

(b) A amortização do direito da concessão será feita pelo período residual da concessão.

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores diversos	1	594	6.281	1.574
Total	1	594	6.281	1.574

15 Encargos sociais e trabalhistas

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Salários	42	-
Provisão de bônus	267	-
Provisão de férias	255	-
Encargos trabalhistas	272	-
Total	836	-

16 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PIS	-	-	2.447	1.172
COFINS	-	2	11.341	5.430
ICMS	-	-	2.351	51
ISS de terceiros	-	-	1.419	727
Outros tributos	-	59	1.553	140
Total	-	61	19.111	7.520

17 Obrigações Regulatórias

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para P&D	7.656	5.732
Encargos regulatórios a recolher	954	1.071
Total	8.610	6.803

18 Ações Preferenciais Resgatáveis (Controladora)

Saldo final 31/12/2022	-
Captação	736.326
Juros e variação monetária	56.426
Pagamentos Principal	-
Pagamentos Juros	(47.241)
Custo de transação	739
Saldo final 31/12/2023	746.250
Classificado como:	31/12/2023
Circulante	7.915
Não Circulante	738.335

Em 24 de maio de 2023, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de acordo de acionistas, a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, no montante total de R\$ 754.000 remunerados à taxa CDI. Os pagamentos dos dividendos fixos são realizados semestralmente, sendo o último pagamento realizado em novembro de 2023 no montante de R\$ 47.241.

O prazo de resgate é até 30 de abril de 2037, e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totalizam 638.983.051.

O valor total da emissão foi alocado no montante de R\$ 377.000 foi considerada como um instrumento financeiro (passivo).

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$ 377.000, e parte como reserva especial de ágio no montante de R\$ 377.000. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais (IFRS), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo).

Não existem direitos diferenciados entre as ações preferenciais e ordinárias além da prioridade no recebimento de dividendos fixos.

19 Empréstimos e financiamentos

19.1 Controladora

Nota comercial	Banco Itaú	Total
Saldo final 31/12/2021	-	-
Captação	679.122	679.122
Juros e variação monetária	8.176	8.176
Custo de transação	2.967	2.967
Saldo final 31/12/2022	690.265	690.265
Juros e variação monetária	36.302	36.302
Pagamentos Principal	(696.000)	(696.000)
Pagamentos Juros	(44.478)	(44.478)
Custo de transação	13.911	13.911
Saldo final 31/12/2023	-	-
Classificado como:	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	-	690.265

Em 29 de novembro de 2022, a controladora Argeb emitiu notas comerciais, no montante total de R\$ 696.000, destinados ao pagamento do preço de aquisição de 100% das ações de emissão das suas atuais controladas. Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da Taxa DI ("Remuneração"). Ressalvadas as hipóteses de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, resgate antecipado das Notas Comerciais ou, ainda, aquisição facultativa, o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais foi integralmente pago na Data de Vencimento em 29 de maio de 2023, liquidando desta forma a transação.

19.2 Consolidado

Instituição Financeira	Saldo em 31/12/2022	Captação	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Juros e Variação monetária	Custos a amortizar	Saldo em 31/12/2023
Nota comercial - Argeb	690.265	-	(696.000)	(44.478)	36.302	13.911	-
BNDES - Argo V	275.752	62.010	(19.537)	(21.074)	24.755	(1.378)	320.528
BNDES - Argo VI	572.887	97.582	(40.767)	(43.922)	52.317	(880)	637.217
BNDES - Argo VII	258.309	-	(19.208)	(19.584)	22.027	-	241.544
BNDES - Argo VIII	854.457	-	(36.452)	(33.134)	73.570	877	859.318
BNDES - Argo IX	850.698	-	(35.342)	(38.436)	78.613	832	856.365
Total	3.502.368	159.592	(847.306)	(200.628)	287.584	13.362	2.914.972
Classificado como:	31/12/2022						31/12/2023
Circulante	844.305						169.544
Não circulante	2.658.062						2.745.428

Argo V - Controlada

Em 6 de setembro de 2017, com o objetivo de financiar os investimentos ligados à implementação do projeto Argo V (antiga denominação Odoyá), a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de longo prazo no valor total de R\$ 310.000. Sobre o financiamento incidirão juros de 1,98% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas. A amortização dos subcréditos “A” e “E” se iniciaram em 15 de setembro de 2017, e sua liquidação é prevista até 15 de agosto de 2031. A amortização dos subcréditos “F” e “B” se iniciaram em 15 de fevereiro de 2019, e sua liquidação é prevista até 15 de janeiro de 2033. A amortização dos subcréditos “C”, “G” e “I” se iniciaram em 15 de abril de 2019, e sua liquidação é prevista até 15 de março de 2033. E, a amortização dos subcréditos “D” e “H” se iniciaram em 15 de agosto de 2018, e sua liquidação é prevista até 15 de julho de 2032.

Argo VI - Controlada

Em 20 de abril de 2017, com o objetivo de financiar os investimentos ligados à implementação do projeto Argo VI (antiga denominação Esperanza), a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de longo prazo no valor total de R\$ 297.983. Sobre o financiamento incidirão juros de 2,12% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas. A amortização dos subcréditos “A” e “B” se iniciaram em 15 de setembro de 2018, e sua liquidação é prevista até 15 de agosto de 2032. A amortização dos subcréditos “C” e “D” se iniciaram em 15 de março de 2018, e sua liquidação é prevista até 15 de fevereiro de 2032. E, a amortização do subcrédito “E” se iniciou em 15 de março de 2019, e sua liquidação é prevista até 15 de agosto de 2032.

Argo VII - Controlada

Em 28 de maio de 2018, com o objetivo de financiar os investimentos ligados à implementação do projeto da Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade, a companhia celebrou junto ao BNDES contrato de longo prazo no valor total de R\$ 687.664. Sobre o financiamento incidirão juros de 2,19% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas. A amortização do subcrédito “A” se iniciou em 15 de outubro de 2018, e sua liquidação é prevista até 15 de setembro de 2032. E, a amortização do subcrédito “B” se iniciou em 15 de janeiro de 2019, e sua liquidação é prevista até 15 de dezembro de 2032.

Argo VIII - Controlada

Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia, a companhia celebrou junto ao BNDES contrato de longo prazo no valor total de R\$ 671.000. Sobre o financiamento incidirão juros de 1,91% ao ano, a título de remuneração, acima do índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA). Esse financiamento será pago em 251 prestações mensais e sucessivas. A amortização dos subcréditos se iniciaram em 15 de setembro de 2022, e sua liquidação é prevista até 15 de julho de 2043..

Argo IX - Controlada

Em 11 de julho de 2019, com o objetivo de financiar os investimentos ligados à implementação do projeto da Argo IX (antiga denominação Veredas), a companhia celebrou junto ao BNDES contrato de longo prazo no valor total de R\$ 699.000. Sobre o financiamento incidirão juros de 2,53% ao ano, a título de remuneração, acima do índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA). Esse financiamento será pago em 262 prestações mensais e sucessivas. A amortização dos subcréditos se iniciaram em 15 de setembro de 2021, e sua liquidação é prevista até 15 de junho de 2043.

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2023, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

31/12/2023

2025	173.543
2026	181.154
2027	190.260
2028 em diante	2.200.471
Total	2.745.428

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da Totalidade das Ações de emissão da Contratante, a ser constituído no Contrato BNDES ou em instrumento apartado, em que as Acionistas empenharão em favor do BNDES todas as ações de emissão da Contratante;
- Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avencas, a ser constituída no Contrato BNDES, em que a Contratante cedeu a totalidade dos direitos creditórios de que é titular: emergentes do contrato de concessão, provenientes do contrato de prestação de serviços de transmissão e provenientes dos contratos de Uso do Sistema de Transmissão.
- Conta reserva do serviço da dívida a ser preenchida com recursos no valor equivalente ao saldo mínimo da conta reserva do BNDES, sendo o valor equivalente a 3 vezes o valor da primeira prestação mensal do serviço da dívida;
- Fiança bancária na Argo VIII: os Fiadores se comprometem a emitir a(s) Carta(s) de Fiança em favor do BNDES em garantia do integral e tempestivo cumprimento de 100% das obrigações pecuniárias devidas a título de principal, acrescido dos respectivos juros, comissões, penas convencionais e demais encargos decorrentes do Contrato BNDES assumidas pela Contratante até a Exoneração das Fianças.

Cláusulas restritivas

A Companhia, por meio de suas controladas, possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. As controladas da Companhia devem atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos) a 1,3 (um inteiro e dois décimos).

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas nos contratos de financiamentos.

20 Debêntures

Instituição Financeira	Saldo em 31/12/2022	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Juros e Variação monetária	Custos a amortizar	Saldo em 31/12/2023
Debêntures - Argo V (a)	88.018	(8.423)	(5.763)	9.534	-	83.366
Debêntures - Argo VI (b)	95.714	(10.128)	(6.250)	10.303	-	89.639
Debêntures - Argo VII (c)	472.537	(17.063)	(39.031)	60.786	913	478.142
Total	656.269	(35.614)	(51.044)	80.623	913	651.147

Classificado como:

Circulante	48.368	56.140
Não circulante	607.901	595.007

- (a) Com o objetivo de financiar investimentos ligados à implantação do projeto da Argo V, e de forma complementar ao BNDES, a Companhia teve sua primeira emissão de debêntures em 15/11/2017, sendo esta debênture simples não conversível em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. Sobre a debênture, incide a taxa de IPCA + 6,80% e seu vencimento será em 15/09/2031. As garantias reais foram outorgadas em benefício conjunto do BNDES e dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, e compartilhadas nos termos dos contratos de garantia de pari passu e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor do BNDES e dos debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (compartilhamento das garantias reais).
- (b) Com o objetivo de financiar investimentos ligados à implantação do projeto da Argo VI, e de forma complementar ao BNDES, a Companhia teve sua primeira emissão de debêntures em 15/11/2017, sendo estas debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. Sobre a debênture incide a taxa de IPCA + 6,80% e seu vencimento será em 15/09/2030. As garantias reais foram outorgadas em benefício conjunto do BNDES e dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, e compartilhadas nos termos dos contratos de garantia de pari passu e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor do BNDES e dos debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (compartilhamento das garantias reais).
- (c) Com o objetivo de financiar investimentos ligados à implantação do projeto da Argo VII, e de forma complementar ao BNDES, a Companhia teve sua primeira emissão de debêntures em 15/06/2018, sendo estas debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. Sobre a debênture incide a taxa de 8,28% + IPCA e seu vencimento será em 15/03/2036. As garantias reais foram outorgadas em benefício conjunto do BNDES e dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, e compartilhadas nos termos dos contratos de garantia de pari passu e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor do BNDES e dos debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (compartilhamento das garantias reais).

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2023, os vencimentos das parcelas a longo prazo têm a seguinte composição:

2025	42.721
2026	51.573
2027	57.828
2028 em diante	442.885
Total	595.007

Garantias das Debêntures

Garantias usuais de projeto, tais como:

- **Penhor da totalidade das Ações de Emissão;**
- **Cessão Fiduciária de Recebíveis e Direitos Emergentes do Contrato de Concessão; e**
- **Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída, preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.**

Cláusulas restritivas

As controladas da Companhia possuem cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros como cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, com base em períodos de verificação a cada 12 meses. As controladas da Companhia devem atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos) a 1,3 (um inteiro e dois décimos).

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas nos contratos de debêntures.

21 PIS e COFINS diferidos – consolidado

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12). A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	657.295
Constituição	302.533
Amortização	(260.813)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	699.015
Constituição	121.463
Amortização	(77.146)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	743.332

Classificados como:

Circulante	80.167
Não circulante	663.165

22 Partes relacionadas – Consolidado

O saldo do passivo com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$3.220 (R\$ 3.136 em 31 de dezembro de 2022), representa as despesas incorridas a serem reembolsadas pelas empresas do grupo que são consolidadas.

Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos	Partes relacionadas	31/12/023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		Passivo	Passivo	Resultado	Resultado
Argo V	Argo I	612	405	(2.647)	(405)
Argo VI	Argo I	357	364	(4.145)	(364)
Argo VII	Argo I	1.108	1.046	(7.008)	(1.046)
Argo VIII	Argo I	493	620	(4.869)	(620)
Argo IX	Argo I	650	701	(4.525)	(701)
Total		3.220	3.136	(23.194)	(3.136)

A vigência do contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos é até 31 de julho de 2024.

22.1 Remuneração da Administração

Em 31 de Dezembro de 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 8.303 (R\$ 7.161 em 31 de dezembro de 2022), sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é paga pela Argo Transmissão de Energia S.A. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

31/12/2023 31/12/2022

Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	3.631	3.659
Encargos sociais	1.747	943
Bônus	2.925	2.559
Total	8.303	7.161

23 Provisões para riscos

A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, cível, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2023, na opinião de seus assessores jurídicos externos, os processos judiciais com probabilidade de perda provável, nos quais a Companhia figura como ré, perfazem o montante a seguir:

	Consolidado		
	31/12/2022	Provisões	31/12/2023
Trabalhistas	12	1	13
Fiscais	-	389	389
Fundiárias	555	-	555
Total	567	390	957

Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia e suas controladas são partes em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acreditam que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas possíveis perfazem o montante de R\$ 69.430 (R\$ 52.106 em 31 de dezembro de 2022).

24 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é de R\$ 3.664.001 (R\$ 3.664.001 em 31 de dezembro de 2022), sendo representado por 3.664.001.000 ações ordinárias e 638.983.051 ações preferenciais, totalmente subscritas e integralizadas, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas		31/12/2023		31/12/2022	
		Quantidade	%	Quantidade	%
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.	Ações ordinárias	2.290.001.000	53,2%	2.290.001.000	62,5%
Gebbras Participações Ltda.	Ações ordinárias	1.374.000.000	31,9%	1.374.000.000	37,5%
Itaú Unibanco S.A.	Ações preferenciais	638.983.051	14,8%	-	-
Total		4.302.984.051	100%	3.664.001.000	100%

b) Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social realizado.

c) Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou R\$ 141.901 (R\$ 20.913 em 31 de dezembro de 2022) para constituição de reserva de retenção de lucros com o objetivo de preservar os investimentos futuros para conclusão da linha de transmissão de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

d) Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido da Companhia, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

No exercício findo em 06 de novembro de 2023, a Companhia distribuiu R\$ 150.684 a título de dividendos, sendo esse montante constituído por R\$ 20.913 em dividendos adicionais aprovados e R\$ 129.770 em dividendos intercalares pagos de forma antecipada no mês de novembro de 2023.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	285.970	22.236
Reserva legal (5%)	(14.299)	(1.112)
Lucro líquido ajustado	271.671	21.124
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.717)	(211)
Reserva de Lucros	(141.901)	(20.913)
Dividendos adicionais distribuídos	(127.053)	-

25 Receita operacional líquida – consolidado

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita de construção	221.719	(1.977)
Receita de remuneração do ativo da concessão	1.034.533	85.969
Outras receitas	18.418	(498)
Receita de operação e manutenção	66.525	5.437
Parcela Variável e outras deduções	(31.612)	(498)
Receita bruta	1.309.583	88.433
(-) PIS e COFINS sobre ativo da concessão	(44.317)	(1.894)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(79.160)	(6.460)
(-) Encargos regulatórios	(10.438)	(609)
Receita líquida	1.175.668	79.470

26 Custos e despesas por natureza

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(702)	(632)
Amortização do direito de concessão	(69.390)	-
Total	(70.092)	(632)
Valores alocados a:		
Despesas gerais e administrativas	(702)	(632)
Amortização do direito de concessão	(69.390)	-

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(47.692)	(4.485)
Custo de construção	(176.222)	-
Pessoal	(22.031)	(1.367)
Arrendamentos e aluguéis	(1.661)	(235)
Depreciação e Amortização	(67)	-
Seguros	(2.403)	-
Tributos	(148)	(44)
Materiais	(1.501)	-
Amortização do direito de concessão	(69.390)	-
Outras receitas operacionais	124	-
Contingências passivas	(390)	-
Outros	(2.209)	(421)
Total	(323.590)	(6.552)
Valores alocados a:		
Custos de operação e manutenção	(57.624)	(3.329)
Custos de construção	(176.222)	-
Despesas gerais e administrativas	(20.478)	(3.223)
Outras receitas e despesas operacionais	124	-
Amortização do direito de concessão	(69.390)	-

27 Resultado financeiro

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	1.776	54
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(83)	-
Total	1.693	54
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(1)	(19)
Juros e variação monetária	(92.728)	(8.176)
Outras despesas financeiras	(15.205)	(2.778)
Total	(107.934)	(10.973)
Resultado financeiro líquido	(106.241)	(10.919)

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	53.402	3.071
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(2.485)	-
Receitas de títulos e valores mobiliários	21	-
Outras receitas financeiras	262	-
Total	51.200	3.071
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(3.052)	(19)
Juros e variação monetária	(424.634)	(22.589)
Outras despesas financeiras	(22.770)	(19.471)
Total	(450.456)	(42.079)
Resultado financeiro líquido	(399.256)	(39.008)

28 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação da alíquota efetiva

A reconciliação da despesa de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL apresentada no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	285.970	22.236	452.822	33.910
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(97.230)	(7.560)	(153.959)	(11.529)
Benefício fiscal	-	-	47.070	4.673
Adições e exclusões permanentes	-	-	(60)	(890)
Equivalência patrimonial	157.183	11.488	-	-
Imposto de renda diferido não constituído	(59.953)	(3.928)	(59.953)	(3.928)
Outros	-	-	50	-
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	-	-	(155.227)	(10.614)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	-	-	(11.625)	(1.060)
Alíquota efetiva	0%	0%	37%	34%

b. Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	71.564	(868.213)	(796.649)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo fiscal (a)	(5.867)	-	(5.867)
Contratos de Concessão (b)	-	(152.500)	(152.500)
Direito de Concessão	-	(506.480)	(506.480)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	65.697	(1.527.193)	(1.461.496)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo fiscal (a)	25.978	-	25.978
Contratos de Concessão (b)	(10.524)	(170.680)	(181.204)
Direito de Concessão	-	29.698	29.698
Saldos em 31 de setembro de 2023	81.151	(1.668.175)	(1.587.024)

- (a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão.
- (b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de contrato CPC 47 (IFRS 15) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

29 RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o resultado líquido aos montantes usados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado básico por ação		
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	285.970	22.236
Denominador:		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	4.302.984	3.664.001
Lucro líquido básico por ação ordinária (R\$ por ação)	0,0665	0,0061

30 Instrumentos financeiros

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 (IFRS 7) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

Nível 1 - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Nível 2 - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

Nível 3 - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

	Nota	Hierarquia	Controladora 31/12/2023		Controladora 31/12/2022	
			Valor Contabil	Valor Justo	Valor Contabil	Valor Justo
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado						
Títulos e valores mobiliários	5.1	2	2.086	2.086	4.333	4.333
Total			2.086	2.086	4.333	4.333
Custo amortizado:						
Caixa e Equivalência de caixa	4	1	31	31	-	-
Contas a receber de clientes	6	2	-	-	-	-
Total Ativo			31	31	-	-
Outros passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores	14	2	1	1	594	594
Ações preferenciais resgatáveis	18	2	7.915	7.915	-	-
Empréstimos e financiamentos	19	2	-	-	690.265	690.265
Outros passivos		2	-	-	-	-
Total Passivo			7.916	7.916	690.859	690.859

Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A e Controladas
Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 31 de dezembro de 2023

	Nota	Hierarquia	Consolidado 31/12/2023		Consolidado 31/12/2022	
			Valor Contabil	Valor Justo	Valor Contabil	Valor Justo
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado						
Títulos e valores mobiliários	5.1	2	276.914	276.914	148.667	148.667
Total			276.914	276.914	148.667	148.667
Custo amortizado:						
Caixa e Equivalencia de caixa	4	1	28.280	28.280	76.802	76.802
Contas a receber de clientes	6	2	95.651	95.651	85.032	85.032
Contas a receber (ativo da concessão)	8	2	8.036.018	8.036.018	7.556.920	7.556.920
Fundos vinculados – caixa restrito	5.2	2	159.504	159.504	138.151	138.151
Total Ativo			8.319.453	8.319.453	7.856.905	7.856.905
Outros passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores	14	2	6.281	6.281	1.574	1.574
Contas a pagar (partes relacionadas)	22		3.220	3.220	3.136	3.136
Ações preferenciais resgatáveis	18	2	7.915	7.915	-	-
Empréstimos e financiamentos	19	2	2.914.972	2.914.972	3.502.367	3.502.367
Debêntures	20	2	651.147	651.147	656.269	656.269
Outros passivos		2	41.368	41.368	12.527	12.527
Total Passivo			3.624.903	3.624.903	4.175.873	4.175.873

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.

Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Empréstimos e Financiamentos, debêntures e ações preferencias resgatáveis: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data findo em 31 de dezembro de 2023.

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, as controladas da Companhia não possuem outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber é de R\$ 95.651 (R\$ 85.032 em 31 de dezembro de 2022).

Risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e por suas controladas tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia e suas controladas não pactuaram contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e das controladas e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia e suas controladas também não praticam aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia e suas controladas está relacionado às taxas de juros.

A Companhia e suas controladas aplicam substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) Empréstimos e debêntures.

Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia e de suas controladas, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2022, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Controladora:				
Fornecedores	1	-	-	-
Ações Preferenciais Resgatáveis	7.915	13.195	21.489	703.651
Total	7.916	13.195	21.489	703.651
Consolidado:				
Fornecedores	6.281	-	-	-
Financiamentos	169.544	174.426	182.037	2.388.965
Debêntures	56.140	42.721	51.573	500.713
Total	231.528	217.147	233.610	2.889.678

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas realizam análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2023, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações financeiras, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 11,65% ao ano, para o IPCA, é de 3,90% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2022 é de 6,55% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 75% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Instrumentos financeiros	Risco	Nota	Total	Cenário		
				I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	4	28.280	3.295	2.471	1.647
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	5	276.914	32.260	24.195	16.130
Fundos Vinculados - Caixa restrito	Redução do CDI	6	159.504	18.582	13.937	9.291
Total			464.698	54.137	40.603	27.069
Empréstimos e financiamentos (*)	Aumento da TJLP	20	1.036.163	67.869	50.902	33.934
Empréstimos e financiamentos (**)	Aumento do IPCA	20	1.878.809	73.274	54.955	36.637
Debêntures	Aumento do IPCA	21	651.147	25.395	19.046	12.697
Ações preferenciais resgatáveis	Redução do CDI	18	746.250	86.938	65.204	43.469
Total			4.312.369	253.475	190.106	126.738

* Empréstimos e financiamentos captados juntos ao BNDES referentes as controladas Argo V, Argo VI e Argo VII.

** Empréstimos e financiamentos captados juntos ao BNDES referentes as controladas Argo V, Argo VII, Argo VIII e Argo IX.

31 Seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros é como segue:

Modalidade	Seguradora	Valor segurado	Vigência
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora S/A	200.000	07/09/2024
Seguros - Responsabilidade civil	Chubb	50.000	07/09/2024

32 Transação não envolvendo caixa - consolidado

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

Transações que não impactaram caixa	31/12/2023	31/12/2022
Compensação de IRPJ	45.589	32.473
Dividendos a pagar (aprovados e não pagos)	60.355	-

* * *

Simone Borsato
Diretora de RI e Finanças

Thiago Borges Martins
Controller
CRC/RJ 116409/O